

**Centro de Tecnologia Química e Biológica. NPS****Regulamento de Funcionamento (\*)****- INTRODUÇÃO -**

As Universidades são instituições culturais, dedicadas à investigação e ensino de nível superior.

Assim, cabe às Universidades, não apenas ministrar ensino mas também colocar à disposição da comunidade não abrangida diretamente pela docência, os conhecimentos que resultam da investigação científica e da utilização tecnológica dos recursos nelas investidos, pela mesma comunidade.

Isto é, para além do papel primacial e fundamental de investigação e ensino a Universidade gera um conjunto de conhecimentos que devem ser postos ao serviço dos cidadãos, dos serviços, das empresas, do Estado.

Assim e porque, embora privilegiando sempre a matriz Universitária, se tem revelado altamente vantajosa esta prestação de serviços, quer para a Comunidade quer para a Universidade, torna-se necessário institucionalizar um sistema homogéneo e concertado que suporte a prestação desses mesmos serviços.

Nestes termos e ao abrigo do disposto na alínea c) do artº 1º da Lei nº 108/88, de 24/9 e nº 2 do artº 99º dos Estatutos da UNL, publicados no DR, nº 153, de 6/7/89, aprovo o seguinte “Regulamento da Prestação de Serviços à Comunidade” para vigorar em todas as Faculdades e Institutos da Universidade Nova de Lisboa.

**Art. 1º  
(Âmbito de Aplicação)**

- a) Nas Faculdades e Institutos que integram a Universidade Nova de Lisboa podem ser criados, em conformidade com o disposto na al. C) do artº 1º da Lei nº 108/88 de 24/9, Núcleos de Prestação de Serviços à Comunidade, em áreas consideradas necessárias, no âmbito da investigação e ensino, para a realização de estudos, projetos e trabalhos especializados, solicitados pelas próprias Faculdades e Institutos ou por outras entidades públicas ou privadas.
- b) Os Núcleos de Prestação de Serviços à Comunidade poderão, dentro dos limites do presente Regulamento, ter normas internas de funcionamento mais detalhadas, sempre que, pelo seu desenvolvimento ou especialidade, tal se mostre necessário.

#### **Art. 2º**

##### **(Características dos Serviços Prestados à Comunidade)**

- 1 – Os Serviços Prestados à Comunidade têm, obrigatoriamente de revestir as seguintes características:
  - a) Não podem, a nenhum título, prejudicar, comprometer ou afetar, as normais atividades de investigação e ensino próprias de cada Faculdade ou Instituto e da Universidade.
  - b) Têm de refletir o nível científico e tecnológico próprio de cada Faculdade ou Instituto e da Universidade.
  - c) Têm que revestir-se de comprovado interesse científico e económico para a Comunidade e para a Universidade.
  - d) Não podem inserir-se em processos de concorrência que possam ser considerados de desleais com entidades públicas ou privadas estranhas à Faculdade ou Instituto e à Universidade.
- 2 – Podem ainda ser incluídos na Prestação de Serviços à Comunidade os produtos residuais da atividade normal dos serviços próprios de cada Faculdade ou Instituto desde que se confinem exatamente dentro dessa atividade normal.

#### **Art. 3º**

##### **(Competência do Diretor do Estabelecimento)**

Compete ao Diretor de cada Estabelecimento:

- a) Ouvido o Conselho Científico, definir as áreas de atividade que poderão ser consideradas como de Prestação de Serviços à Comunidade.
- b) Ouvido o Conselho Científico, autorizar a criação dos Núcleos de Prestação de Serviços à Comunidade e aprovar as normas internas de funcionamento previstas na al. b) do art. 1º.
- c) Aprovar os planos de ação e os projetos a desenvolver, nomeadamente no respeitante ao pessoal necessário à sua prossecução no âmbito dos Serviços à Comunidade, bem como a contas anuais prestadas por cada Núcleo.

#### **Art. 4º**

##### **(Constituição dos CG dos NPSC)**

- 1 – Os Núcleos de Prestação de Serviços à Comunidade serão dirigidos por um Conselho de Gestão constituído por um Presidente e pelo menos, dois vogais.
- 2 – Os membros do Conselho de Gestão serão designados pelo Diretor da Faculdade ou Instituto em que se integrarem, de entre os docentes e investigadores das áreas de atividade em que se situar o Núcleo.

**Art. 5º**  
**(Competência dos CG dos NPSC)**

Compete ao Conselho de Gestão:

- a) Gerir todos os meios ao dispôr do Núcleo, em ordem a assegurar a execução dos seus objetivos.
- b) Estabelecer convênios e acordos e celebrar contratos de Prestação de Serviços no âmbito das atribuições dos Núcleos.
- c) Admitir e contratar o pessoal necessário às atividades do Núcleo, no âmbito do disposto no art. 6º.
- d) Elaborar e propor ao Diretor da Faculdade ou Instituto em que se integre, para aprovação, as normas internas de funcionamento de cada Núcleo, referidas na al. b) do art. 1º.
- e) Elaborar os planos de ação e os projetos a desenvolver em cada ano, bem como o orçamento anual do Núcleo.
- f) Responder perante a Faculdade ou Instituto e terceiros pelo cumprimento das obrigações decorrentes da atividade do Núcleo.

**Art. 6º**  
**(Estatuto do Pessoal)**

- a) Os Núcleos poderão celebrar contratos de prestação de serviços, avença e de trabalho, ou qualquer outro legalmente permitido, com entidades ou indivíduos nacionais ou estrangeiros, para a realização de trabalhos técnicos, científicos ou outros, inseridos no âmbito da Prestação de Serviços à Comunidade.
- b) Os contratos referidos na al.) anterior, não conferem, em caso algum, a qualidade de agente administrativo ou vínculo à função pública.
- c) A colaboração de pessoal com vínculo à função pública só poderá ter lugar para além dos horários a que se encontrem sujeitos e será retribuída mediante gratificação a fixar pelo Conselho de Gestão do Núcleo, que enviará mensalmente ao Diretor da Faculdade ou Instituto, relação do trabalho e das gratificações pagas a cada colaborador.
- d) O pessoal sem vínculo à função pública que preste serviço, a qualquer título, nos Núcleos de Prestação de Serviços à Comunidade, fica sujeito disciplinarmente ao Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central e Local.
- e) A gratificação fixada nos termos da al. c) do presente artigo, insere-se no art. 2º do Decreto-Lei 145/87 de 24 de março.

**Art. 7º**  
**(Retribuição dos Trabalhos)**

- a) Os trabalhos realizados pela Prestação de Serviços à Comunidade serão retribuídos de acordo com o preço orçamentado, que terá em conta o preço corrente do serviço prestado, a sua qualidade científica, os meios humanos e materiais utilizados e os custos indiretos e refletirá ainda o próprio prestígio tecnológico e científico da Faculdade ou Instituto e da Universidade.

- b) Para os trabalhos referidos no nº 2 do Art. 2º serão fixadas tabelas a aprovar pelo Diretor da Faculdade ou Instituto.
- c) Na fixação dos custos devem ser tomadas em conta as normas anexas ao presente Regulamento.

**Art. 8º**  
**(Aplicação de Receitas)**

- a) As receitas provenientes das atividades dos Núcleos serão depositadas em instituição bancária, à ordem do Conselho de Gestão para satisfação das despesas de pessoal, equipamento e funcionamento.
- b) Até ao fim do mês seguinte a cada trimestre serão depositadas em instituição bancária a determinar, à ordem do Conselho Diretivo da Faculdade ou Instituto em que os Núcleos se integrarem, as receitas que, nos termos das als. a) e c) do artigo anterior lhe são devidas.
- c) Os saldos apurados em cada exercício de atividades do Núcleo, transitam para o ano imediato.
- d) Os Núcleos poderão acordar entre si uma gestão comum das suas disponibilidades financeiras com vista à otimização dos seus rendimentos.

**Art. 9º**  
**(Equipamentos)**

Os equipamentos adquiridos diretamente pelos Núcleos, sem prejuízo da utilização prioritária a que foram destinados, consideram-se integrados, desde a sua aquisição, no património da Faculdade ou Instituto a que os Núcleos pertencerem.

**Art. 10º**  
**(Relatório e Contas)**

- a) Os Núcleos, enviarão ao Diretor da respetiva Faculdade ou Instituto até 1 de abril de cada ano, Relatório anual respeitante à P.S.C. acompanhado dos seguintes anexos:
  - Balanço em 31/dez do ano anterior
  - Demonstração de resultados do no anterior
  - Lista nominal das pessoas que receberam qualquer remuneração ou subsídio, respetivo montante e indicação do trabalho ou função desempenhado.
- b) O Diretor do Estabelecimento enviará à Reitoria da Universidade, com o seu parecer, um exemplar do Relatório e respetivos anexos, até 1 de julho.
- c) A Reitoria da Universidade enviará à Direção-Geral do Ensino Superior até 31 de julho, um relatório geral e um balanço consolidado de todos os Estabelecimentos que dela fazem parte e onde haja Núcleos de Prestação de Serviços à Comunidade.
- d) O incumprimento do referido na al. a) acarreta a demissão imediata do Conselho de Gestão e a sua substituição por outro que proceda à regularização do Núcleo ou à sua liquidação, sem prejuízo do apuramento das responsabilidades do anterior Conselho de Gestão

**Art. 11º**  
**(Alargamento de Aplicação)**

As Prestações de Serviço à Comunidade em curso à data da entrada em vigor do presente regulamento devem, no prazo de 90 dias enquadrar-se em Núcleos, de acordo com o presente Regulamento, sob pena de, decorrido aquele prazo não poderem continuar a ser exercidas.

**Art. 12º**  
**(Entrada em Vigor)**

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua aprovação e será obrigatoriamente revisto após três anos de vigência.

(\*) Regulamento aprovado pelo Reitor da Universidade Nova em 26 de Outubro de 1989